

GUIA DE SOBREVIVÊNCIA

Dilemas do trabalhador

Como milhões de portugueses, Maria Carvalho está na expectativa. De saber se a escola do filho, de seis anos, abre ou não e de saber se a mãe trabalha, pois "é professora e também não sabe se a escola dela abre". Excluída está a hipótese de António ficar com o pai, que "é freelancer e precisa de trabalhar". Para complicar as contas, Maria não pode fazer greve. "Sou gerente de loja, estou sozinha, e como a loja abriu portas há duas semanas é impossível", conta. Restam duas opções: "O António ficar com a tia, que está de licença de maternidade, ou pagar cerca de 60 euros à senhora que costuma ficar com ele à tarde." Certezas só amanhã, mas até lá veja como preparar-se para a greve.

EDUCAÇÃO

Pais vão recorrer à família ou acabar por faltar

Em dia de greve geral, o presidente da Confederação de Pais acredita que muitas escolas vão fechar portas e deixar os pais sem outra solução que não faltar ao trabalho para ficar com os filhos. Albino Almeida admite que esta situação só não irá suceder "nos casos em que os filhos andem em escolas privadas ou na rede social ou quando houver uma retaguarda familiar". Os avós reformados são muitas vezes a solução para estes dias. Mas, "muitos pais vão mesmo ter de ser solidários com a greve à força". Albino Almeida acredita que muitos "vão começar por avisar as empresas de que vão tentar levar os filhos à escola, mas vão acabar por não ir trabalhar por terem de ficar com eles em casa". H.R.

TRANSPORTES

Recurso à viatura pessoal para chegar ao trabalho

Em dia de greve, o carro é geralmente o meio de transporte mais escolhido para chegar ao trabalho. Nem os táxis deverão ser uma alternativa, diz o presidente da Associação Nacional dos Transportadores em Automóveis Ligeiros (Antral), Florêncio Almeida. Não porque estes profissionais pretendam fazer greve, mas por falta de clientes. "No caso de Lisboa em particular, os táxis podem ser uma alternativa quando a greve não abrange comboios e barcos, que são os meios de transporte que mais gente trazem", sublinha. "A tendência é ter menos clientes porque as pessoas trazem os próprios carros de casa", conclui. Para pequenos percursos, ir a pé pode ser uma opção mais rápida. H.R.

Manifesto de Soares e mais oito quer mobilização

Apelo. Ex-presidente e outros socialistas divulgam hoje texto em que pedem "novo rumo". Um dia antes da greve

MIGUEL MARUJO

Não é inocente o *timing*. Na véspera do dia da greve geral, Mário Soares assina à cabeça um manifesto com outros oito homens e mulheres de esquerda, divulgado hoje, em que se apela "à participação política e cívica dos cidadãos que se revêem" nos "ideais" enunciados no curto texto de página e meia, "e à sua mobilização na construção de um novo paradigma". O arranque do texto, com o título "Um Novo Rumo", já antecipa o apelo final: "Este é o momento de mobilizar os cidadãos de esquerda que se revêem na justiça social e no aprofundamento democrático como forma de combater a crise."

O antigo Presidente da República junta-se aos deputados do PS Isabel Moreira e Pedro Delgado Alves (e líder da JS), a soaristas de sempre como Mário Ruivo, Vasco Vieira de Almeida e Vítor Ramalho, a antigos dirigentes socialistas como José Medeiros Ferreira e Pedro Adão e Silva, mas também à militante bloquista e sua mandatária nas últimas presidenciais, Joana Amaral Dias, para "denunciar a imposição da política de privatizações a efectuar num calendário adverso", "o recuo civilizacional na prestação de serviços públicos essenciais, em particular na saúde, educação, protecção social e dignidade no trabalho", que "é inaceitável".

Tudo resumido numa linha que traduz as principais críticas que, à esquerda, se têm feito ouvir ao Orçamento do Estado para o próximo ano e que é votado na generalidade sexta-feira no Parlamento: "Os signatários opõem-se a políticas de austeridade que acrescentem desemprego e recessão,

sufocando a recuperação da economia."

Numa manifestação de compreensão com os protestos de rua, que se têm multiplicado da "Geração à Rasca" aos "indignados", e que se anunciam também para amanhã. Como se lê no manifesto, não se pode "saudar democraticamente a chamada 'rua árabe' e temer as nossas próprias ruas e praças". Há muita gente aflita entre nós: os desempregados desamparados, a velhice digna ameaçada, os trabalhadores cada vez mais precários, a juventude sem perspectivas e empurrada para emigrar. É esta "multidão de aflitos e de indignados" que "espera uma alternativa inovadora que só a esquerda democrática pode oferecer".

O dia da greve geral ficará marcado por 34 manifestações promovidas pela CGTP em todas as capitais de distrito e em 14 concelhos do País. Em Lisboa, os "indignados" da Plataforma 15 de Outubro assinalam o dia, com um protesto que parte do Marquês de Pombal até ao Rossio, onde "fortalecerá o encontro" marcado pela Intersindical.

Também ontem o histórico socialista Manuel Alegre fez ouvir a sua voz. Numa mensagem, enviada à Corrente Sindical Socialista da CGTP, que reuniu em congresso no fim-de-semana, o ex-candidato presidencial manifestou a sua "total solidariedade e apoio à greve geral, porque é necessário defender os direitos dos trabalhadores e as funções sociais do Estado". O alvo: "A revolução ultraliberal e conservadora que configura a maior ofensiva estratégica de sempre no sentido do empobrecimento do País e do esvaziamento dos direitos sociais da nossa democracia tal como estão consagrados na nossa Constituição."



Os sindicatos disseram que na greve de 1988 pararam 1,7 milhões de trabalhadores



Há um ano, as centrais sindicais reivindicaram "a maior greve de sempre": 3 milhões

1988

2010

SAÚDE

Evitar idas aos hospitais e centros de saúde

Se tem consulta ou tratamentos marcados para este dia, não arrisque a sair de casa sem telefonar para o hospital ou centro de saúde. "Se puderem não recorrer aos serviços de saúde, será o melhor. Caso seja mesmo necessário, o melhor é usar a urgência, porque têm os serviços mínimos garantidos", disse ao DN Guadalupe Simões, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. O mais provável é que vários serviços encerrem, tendo em conta as previsões dos sindicatos. "Contamos com uma adesão entre os 75% e os 85%", refere a sindicalista. Também a Federação Nacional dos Médicos prevê "uma adesão maior que a da greve anterior", disse ao DN Pilar Vicente. "Os profissionais estão mais descontentes", diz A.M.

JUSTIÇA

Tribunais abertos só para processos urgentes

Os juízes não aderem à greve, tal como os magistrados do Ministério Público, e nem para a Polícia Judiciária foram requisitados serviços mínimos. Mas, ainda assim, os tribunais devem abrir as portas apenas para atender diligências urgentes, nomeadamente processos com arguidos presos que podem ser mandados em liberdade ou para casos que envolvam menores em risco. Apesar de os magistrados irem marcar presença, o certo é que nada funciona sem os funcionários judiciais, e estes, segundo os sindicatos, devem aderir em massa. Por isso, a maior parte dos julgamentos marcados para amanhã vai ser adlada. Assim, quem foi notificado para se apresentar em tribunal, o melhor que tem a fazer é ficar em casa.

P&R

A greve de amanhã vai juntar funcionários públicos e trabalhadores do sector privado. Saiba quais são as obrigações e direitos que estão previstos por lei para uma situação destas.

Quem tem direito a fazer greve?

A greve é decidida e decretada pelas associações sindicais (nas empresas em que a maioria dos trabalhadores não esteja representada por associações sindicais, poderá ser por uma assembleia de trabalhadores), que deverão, nos termos legais, dirigir (por meios idóneos, nomeadamente por escrito ou através dos meios de comunicação social) pré-aviso de greve ao empregador, ou à associação de empregadores, e ao Ministério do Trabalho, sendo que todos os trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso são livres de aderir (ou não) à greve.

Existe algum tipo de limites ao exercício da greve?

Existem limites, desde logo, no caso de empresas ou estabelecimentos destinados à satisfação de necessidades sociais impreteríveis (correios, telecomunicações, serviços médicos, hospitalares, transportes, etc.), ressaltantes da obrigação de prestação de serviços mínimos indispensáveis à satisfação dessas mesmas necessidades. E mesmo nas restantes empresas ou estabelecimentos existe sempre a obrigação de prestar, mesmo durante a greve, os serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações. Tais serviços e os meios necessários para os assegurar são definidos por convenção colectiva de trabalho (caso exista, seja aplicável e preveja tal matéria) ou por acordo entre os representantes dos trabalhadores e os empregadores abrangidos pelo aviso prévio ou a respectiva associação de empregadores.

Na falta de acordo, a definição é feita (a) por despacho conjunto, devidamente fundamentado, do ministro do Trabalho e do ministro responsável pelo sector de actividade ou, (b) no caso de empresa do sector empresarial do Estado, por tribunal arbitral. Os trabalhadores adstritos aos "serviços mínimos" (que são designados pelos representantes dos trabalhadores até 24 horas antes do início do período de greve ou pelo empregador, se aqueles representantes o não fizerem) estão obrigados a prestar a sua actividade, sendo, por tal, remunerados.

Que penalizações salariais posso sofrer por aderir à greve? Perco o salário do dia?

O trabalhador não sofre qualquer penalização por aderir a greve legitimamente declarada e executada, sendo-lhe apenas descontada a retribuição correspondente ao período não trabalhado. Já a greve declarada ou executada de forma contrária à lei (ex: não ter sido respeitado o pré-aviso) faz os trabalhadores grevistas incorrerem em faltas injustificadas. Do mesmo modo, os excessos cometidos pelos trabalhadores integrantes dos piquetes de greve (ex: impedindo o acesso dos trabalhadores não grevistas às instalações da empresa) poderão gerar responsabilidade disciplinar, bem como responsabilidade por danos causados.

O direito à greve é o mesmo para os funcionários públicos e para quem trabalha no sector privado?

O direito à greve é, em traços gerais, idêntico para o sector público e para o privado.

Respostas da autoria de Tiago Cortes, sócio da PLM e especialista na área de Prática de Direito do Trabalho

Economistas desdramatizam

PRE JUÍZOS As contas aos custos económicos de uma greve são difíceis de fazer. Mas o impacto de um só dia de paralisação é pequeno

A greve geral de amanhã vai ter custos para o País, mas são dificilmente mensuráveis com exactidão e "não terão um impacto com grande significado em termos macroeconómicos", afirmou ao DN/Diário Vivo o economista João Loureiro.

"Sendo apenas um dia, não haverá uma quebra do PIB significativa", explicou o professor da Faculdade de Economia do Porto, acrescentando que a greve irá sentir-se "fundamentalmente ao nível dos serviços públicos e transportes", o que poderá "causar perturbações aos que queiram ir traba-

lhar" e condicionar o funcionamento das empresas privadas.

João Loureiro interpreta esta greve como uma "reação, uma acção de protesto contra um conjunto de medidas" de austeridade e frisa que compreende, mas considera que "só servirá para mostrar o descontentamento das pessoas, uma vez que nesta altura já não havia alternativas e o Governo não tem margem para recuar relativamente às medidas que tomou".

"As finanças públicas chegaram a uma situação tal que o País já não conseguia financiar-se e, para não entrar em incumprimento, teve de recorrer à ajuda externa", defendeu, acrescentando que estes "credores de último recurso implicam ter um conjunto de condições limitadas, que este ou qualquer outro Governo teria de cumprir".

Também Luís Bento afirmou à

Lusa que o impacto de um dia de greve geral no PIB "não é possível de calcular". Este investigador da Universidade Lusófona é autor de um estudo que aponta que cada dia feriado tem um impacto de 37 milhões de euros na economia, mas diz que "não é possível" transpor este valor para a greve. Recusa, aliás, "olhar apenas para os custos económicos" e considera que "as greves gerais têm muito mais benefícios do que custos". Isto porque "são uma espécie de normalizador das relações sociais, são iniciativas que constituem gritos de alerta e podem ajudar a pacificar, a fazer com que os governos tenham mais cautela".

O gabinete de estudos do BPI calculou o impacto da greve da função pública de 2007 em 80 milhões de euros, presumindo uma adesão de 100%. A economista-chefe do BPI, Cristina Casallinho, frisa, porém, que numa greve geral as contas seriam mais difíceis, dado a diversidade de factores a considerar. De qualquer forma, o cálculo aritmético simples aponta para um prejuízo de 764 milhões de euros por cada dia de greve, que se obtém dividindo o PIB (171,9 mil milhões) pelos 225 dias úteis de 2011 (sem férias e feriados).

EDUARDA FROMMHOLO

TRANSPORTES

Serviços mínimos chegam aos 50%

• Carris, STCP e CP vão funcionar amanhã com serviços mínimos garantidos que chegam aos 50%, decretados pelo tribunal arbitral. No caso da travessia fluvial do Tejo, a Soflusa

e Transtejo não estão obrigadas a serviços mínimos. Já o Metropolitano de Lisboa decidiu suspender a circulação entre as 23.30 de hoje e a 01.00 de sexta-feira.



23-11-2011

Soares apela à mobilização em véspera de greve

MANIFESTO Num texto hoje tornado público, Mário Soares e outros oito socialistas pedem "novo rumo" para "combater a crise". Alegre também apoia greve geral. **ACTUAL** PÁGS. 8 E 9